

Artigo

O contencioso simbólico da Operação Lava Jato: Os produtores do sentido da corrupção

*Haron Barberio Francelin**

Resumo

O presente artigo analisa a tradução midiática da Operação Lava Jato no período 04/03/2016 a 07/05/2018. Tal empenho mobiliza uma sistematização das distintas noções do conceito corrupção dentro das Ciências Sociais e assume no desenvolvimento da pesquisa uma determinada premissa epistemológica, essa associada ao paradigma simbólico do fenômeno, que circunscreve múltiplos agentes no cenário denominado escândalo político, cujo resultado constitui um campo de disputa para formular a versão dominante do que é Oficial e do Universal dentro do Estado. Explora através desse preceito teórico um modelo de posicionamento relacional que expressa tanto os agentes selecionados como as estruturas correspondentes dos mesmos em um plano bidimensional cartesiano. Feito isso, explora através de uma estrutura de agentes específica, a saber, a mídia especializada, a sua tomada de posição na escolha linguística na imputação do termo corrupção, cuja investigação descreve se o mesmo é arbitrado em uma lógica de classes, isto é, em face das estruturas, ou atomista, em torno dos agentes, o que se poderia inferir, de alguma maneira, dos traços constitutivos da percepção da corrupção pelo grande público.

Palavras-chave: Corrupção. Elites. Mídia. Lava Jato.

The symbolic litigation of Operation Lava Jato: The producers of the sense of corruption

Abstract

This article analyzes the media translation of Operation Car Wash from 03/04/2016 to 05/07/2018. Such effort initially mobilizes a systematization of the different notions of the concept of corruption within the Social Sciences, assumes in the development of the research a certain epistemological premise, this one associated with the symbolic paradigm of the phenomenon, which circumscribes multiple agents in the scenario called political scandal, whose result constitutes a field of dispute to formulate the dominant version of what is Official and Universal within the State, explores through this theoretical precept a model of relational positioning that expresses both the selected agents and their corresponding structures in a two-dimensional plane Cartesian. Once this is done, it explores through a specific structure of agents, namely the specialized media, its position in the linguistic choice in imputing the term corruption, whose investigation describes whether it is arbitrared in a logic of classes, that is, in the face of structures, or, atomistic, around agents, which could in some way infer in constitutive traits in the general public's perception of corruption.

Palavras-chave em língua estrangeira: Corruption. Elites. Media. Lava Jato.

* Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: haron540@hotmail.com

O Brasil do início do século XXI passou por uma transformação no seu desenho institucional e social, pois o Partido dos Trabalhadores (PT), derrotado nas eleições pretéritas ao Executivo, a partir de 2003 assumiu a gestão do país e se manteve durante quatorze anos nessa posição, inicialmente com Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), seguido por Dilma Rousseff (2011-2016). Esse período político deu ensejo a uma larga transformação em diversas dimensões do mundo social e político, correlatas a uma crescente disputa por posições políticas entre campos autônomos que estruturam o Estado.

A análise proposta se prende em um fenômeno específico desse tempo, a saber, a construção da informação midiaticizada atrelada às investigações da Operação Lava Jato (OLJ), a qual tem tocante influência no rearranjo político brasileiro. Assim, se propõe a explorar os mecanismos de divulgação adotados pela mídia especializada que mobilizaram a construção do escândalo político mais famoso do Brasil e trouxeram com força a corrupção ao centro do debate público (OLIVEIRA, 2017).

A OLJ foi uma investigação político-jurídica que durou sete anos. Com início em 17 de março de 2014 e término em 1º de fevereiro de 2021, realizaram-se nesse período 79 operações sobre esquemas de propina e corrupção. As investigações se deram tanto em território nacional como internacional. Seu nome deve-se à primeira investigação policial, que deu origem às demais, realizada em um lava-jato de veículos. Nomes influentes do sistema político e econômico foram denunciados pela Justiça e ventilados pela mídia especializada nesse período.

Como primeiro movimento será necessário um recorte de determinados agentes específicos que ocuparam esse espaço social, vinculando-se, por conseguinte, à tradução midiaticizada (SEEFELD; RESE, 2020); tal critério de seleção desses agentes obedeceu a conceito qualificatório de *elites* proposto por Monique Saint Martin (1995): para a autora, ser de elite significa ter à disposição um acervo de recursos materiais, simbólicos e econômicos, portanto, na medida do binômio da possibilidade do pesquisador e dos recursos da pesquisa, utilizou-se esse preceito teórico para selecionar oito agentes, de quatro estruturas sociais distintas, nomeadamente, da estrutura política, Antonio Palocci e Luiz Inácio Lula da Silva, econômica, Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, jurídica, Sérgio Moro e Deltan Dallagnol, e jornalística especializada, Flávio Ferreira e Ricardo Brandt.

Em face das trajetórias sociais desses agentes mensuradas por variáveis como sexo, estado civil, região de origem, escolaridade, títulos de consagração institucional, constituiu-se, pela via de artifícios estatísticos, o posicionamento desses agentes em um plano cartesiano, o qual possibilitará explorar as aproximações e distanciamentos constitutivos do perfil desses agentes. Tal plano de fundo é um modelo exploratório que pode ser útil a pesquisas futuras que procurem entender e ampliar esse campo de agentes que se relacionam nesse contexto de escândalo político.

Toma-se como premissa que os escândalos políticos dão vazão a divulgação à crise de oficialidade e universalidade, leia-se: as grandezas constitutivas que sustentam a crença no Estado. Pierre Bourdieu (2014) define que domínio do oficial e universal é a legitimidade buscada por agentes em disputa. Tal efeito faz com que os atos particulares se tornem atos de Estado, assumidos com a legitimidade do “ponto de vista dos pontos de vista”. O Estado é nesse prisma uma constante composição conflituosa entre agentes privados para transformar o particular em universal: “Esses interesses particulares trabalham numa lógica tal que vão conseguir essa espécie de alquimia que transformará o particular em universal” (BOURDIEU, 2014, p. 67). Portanto, os agentes sociais que se dispõem à conquista do ponto de vista

associado ao ponto de vista dos pontos de vista – a ordem pública – estão necessariamente articulados à conquista da burocracia, oficialidade e o universal impessoal.

Para conseguir esse efeito de des-particularização, esse conjunto de instituições a que chamamos

“o Estado” deve teatralizar o oficial e o universal, deve dar o espetáculo do respeito público pelas verdades públicas, do respeito público pelas verdades oficiais em que a totalidade da sociedade supostamente deve se reconhecer (BOURDIEU, 2014, p. 61).

Dessa forma, investigar um escândalo político por essa ótica é ter a consciência de que esses momentos são crises de legitimidade na produção do que é oficial e universal por agentes legitimados. Para Roberto Grun (2018), escândalo político é a publicidade de um contexto contencioso entre elites divergentes que procuram afirmar sua versão oficial e universal do que é a gerência dominante do Estado. A corrupção nesse prisma é o que correlaciona distintas elites sociais em um espaço social específico. A mídia especializada, por sua vez, torna-se profícuo agente em razão de ser responsável pela tradução desse escândalo político, posicionando os agentes e os atributos linguísticos que dão sentido às denúncias.

A primeira seção busca percorrer o inventário conceitual relativo à produção epistêmica da corrupção, sua múltipla apreensão teórica e metodológica e os limites que o conceito produz. A segunda seção define os materiais e métodos utilizados no objeto específico. Destarte, posiciona os agentes qualificados como elites em um plano cartesiano, através de variáveis relacionadas com sua trajetória social, para que com isso configure-se um modelo de partida que pode ser pluralmente explorado. Por fim, na última seção examina-se especificamente o formato linguístico adotado pela mídia especializada para reverberar o termo corrupção e como essa forma resulta em um determinado padrão informativo.

Sendo assim, a respectiva pesquisa foi construída em: 1) As Ciências Sociais e a corrupção; 2) Materiais, métodos e o plano cartesiano; 3) Exame da produção linguística da mídia especializada; 4) Considerações finais.

1. As ciências sociais e a corrupção

1.1 *As inauguraís compreensões de corrupção*

Pensar o conceito de corrupção é ter a consciência de estar diante de um objeto polissêmico cuja formulação conceitual repousa em diversas searas da produção de conhecimento.

Por ser um conceito normativamente dependente, ele está relacionado à disputa sobre a interpretação das regras e dos princípios que estruturam a vida pública e, por consequência, apontam o que é e o que não é corrupção. Essa disputa ocorre em diferentes campos, como é o caso do campo da representação política, o campo jurídico, o mercado e a mídia. Esses campos absorvem perspectivas sociais, culturais, políticas e econômicas para o entendimento das regras e dos princípios e promovem uma compreensão da corrupção conforme essa disputa por valores. Essa disputa ocorre, sobretudo, em torno dos sentidos e dos significados da ação política e em torno do modo como se pode enquadrar diferentes casos como corrupção (AVRITZER, FILGUEIRAS, 2011, p. 12).

Em face dessa magnitude é possível dividir o arcabouço teórico estudado em dois momentos históricos distintos. O primeiro do início do século XX, alinhado a uma noção subjetiva e moral manifestada sobretudo por uma natureza ensaística, pouco experimental. Já o segundo, a partir do final dos anos 50 até os dias atuais, com coerção mais metodológica que transformou a análise da corrupção, relacionando-se com diversas esferas da produção de conhecimento, economia, ciências sociais, direito, administração, dentre outras.

O primeiro momento histórico, portanto, está relacionado a uma tradição de análise essencialista e de cunho moral cujos elementos nutrem-se pouco de recursos metodológicos e de elementos de teste hipotético. Formula-se, mormente, uma espécie de ensaio sobre noções da subjetividade do agente de Estado, amparadas, essas, em valores morais universais. Tal composição subjetiva, quando não manifestada pelos agentes de Estado, afetaria o desenvolvimento dos preceitos da legalidade, impessoalidade e neutralidade,

isto é, a corrupção seria um tentáculo contencioso da racionalidade com a coisa pública (WEBER, 2020).

Nessa linha de influência destaca-se no caso brasileiro a substantiva relação para a elaboração do conceito de patrimonialismo, e por conseguinte a corrupção por esse vértice. “A incorporação do conceito weberiano de patrimonialismo, no âmbito de algumas interpretações do Brasil, normalmente é o foco analítico para o problema da corrupção” (FILGUEIRAS, 2009, p. 388).

A análise da corrupção foi muito influenciada por essa perspectiva no Brasil, sendo assim até os dias atuais. O entendimento moral do brasileiro na sociologia espontânea, principalmente atrelada ao servidor público, ainda opera hoje sob essa lógica. “Esse tipo de leitura empobrece a análise e engessa a possibilidade de mudança social. Além disso, enquadra a explicação da corrupção à formação do caráter brasileiro e sua natural desonestidade” (FILGUEIRAS, 2009, p. 390).

1.2. A incorporação de instrumentos metodológicos

Contudo, a partir de meados dos anos 50 as transformações nos elementos constitutivos que estruturam as ciências humanas também reverberam na produção do conceito de corrupção, de tal modo que o objeto passou a ser explorado por disposições metodológicas, testado, comparado, sistematizado em perspectivas relacionais. Recursos analíticos que alargaram o entendimento, incluindo a capacidade categórica por diferentes tradições.

Alberto Vanucci e Fernando Rios Petrarca (2021) fazem uma radiografia das tradições analíticas que sistematizam o conceito em três paradigmas centrais: o econômico-funcionalista, o culturalista e o neoinstitucionalista. O conceito sobre o prisma funcionalista tem uma leitura utilitarista da corrupção (ROSE-ACKERMAN, 1978). Preza pelo entendimento da racionalização dos custos e benefícios dos agentes nos procedimentos que dominam. O sistema de oportunidades institucionais

nessa ótica possibilita aos agentes calcularem seus benefícios e suas perdas, de modo a procurar a maior oferta de ganhos privados. A noção culturalista acrescenta a variável das interações sociais sustentadas pela história cultural, fator que influencia na corrupção (GRANOVETTER, 2000). Em determinadas culturas existe maior ou menor repulsa em virtude do ethos compartilhado culturalmente. Utiliza-se como método a comparação entre cenários distintos, através de indicadores de evolução. As sociedades que não incorporaram valores do desenvolvimento e da modernidade democrática têm uma cultura arcaica, que eticamente impossibilita o combate à corrupção. A noção econômica está sedimentada nos mecanismos que presidem as trocas dentro do escopo institucional, cuja forma está modulada pelas normas de controle consensuais entre sanções convencionais e não convencionais, as formas de funcionamento direto e indireto que constroem os códigos e regras que constituem as práticas dentro de uma determinada instituição. Os indicadores dessa noção têm vínculo com instrumentos de *accountability* – horizontal e vertical (O'DONNELL, 2011).

É evidente que tal sistematização é prefacial face à magnitude do objeto, no entanto, serve como confirmação de que o conceito de corrupção incorpora variáveis distintas que conformam a determinada razão específica o núcleo do conceito, ou seja, a cultura ou os incentivos dos desenhos institucionais operam como atributos que viabilizam caminhos analíticos para desenvolver a pesquisa, como efeito, a corrupção é demasiadamente enviesada por uma forma parcial e não analisada em conjunto, o que limita de todo modo seu crescimento.

1.3. A corrupção e o escândalo político

Consoante a expansão objetiva dos métodos de pesquisa, o conceito de corrupção ampliou seu núcleo de perspectivas tanto na base teórica como na metodológica. Outorgaram-se novas categorias de definição, que estão intrinsecamente correlacionadas com os métodos de auferimento, assim as

pesquisas de opinião, por exemplo, fomentaram o surgimento da noção de percepção da corrupção, essa que tem estreita correlação com os escândalos políticos, ou seja, a corrupção só é assumida quando é divulgada, leia-se, noticiada ao grande público, o qual viabiliza ao conceito um viés comparativo, abarcados por medidas indiretas.

Não sendo realizável mensurar diretamente o fenômeno, dado sua natureza, obter uma medida factual das práticas corruptas é improvável. Nesse sentido, as medidas indiretas apresentaram-se como alternativas ou aproximações da recorrente corrupção (poder-se-ia citar pelo menos as quatro mais usuais: vitimização da corrupção, percepção da corrupção, tolerância e compilação de dados de agências governamentais de controle da corrupção) (FRAIHA, 2014, p. 60).

Esse alargamento se deve à necessidade de tangenciar os efeitos da corrupção. Aqui cabe uma distinção entre dois marcos teóricos relacionados ao objeto, um que condensa sua análise na percepção da corrupção pelos agentes, e outro que formula um conceito formal tipológico, atrelado a espectros culturais, sociais, econômicos e simbólicos.

O estudo da corrupção seguiu uma tendência ao processo de *conceptual stretching* ou esforço em alongar conceitos e, sem embargos, incorrer no risco de torná-los próximos à disformidade. Existe, portanto, um *trade-off* entre generalização necessária ao estudo comparativo e precisão conotativa. Nesse raciocínio, abordagens da corrupção. “Indicadores de Percepção da Corrupção: variações sob o efeito dos meios de comunicação e comportamento político” com foco no indivíduo podem ignorar aspectos sistêmicos; por outro lado, perspectivas sistêmicas podem ignorar aspectos individuais (FRAIHA, 2014, p. 61-62).

Isto posto, cabe a reflexão prévia, que os escândalos políticos têm estreita relação com a percepção da corrupção, e a mídia nessa fórmula proporciona os sistemas simbólicos que conferem as informações acerca das denúncias do crime jurídico corrupção e da codificação da realidade dos envolvidos. “Escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública” (THOMPSON, 2002, p. 40).

Nessa leitura, a percepção de corrupção está vinculada à transdução do fenômeno por agentes socialmente chancelados para esse papel: “Agora, alguns jornalistas se consideram guardiões do interesse público e atuam no sentido de revelar os segredos dos poderes” (CHAIA, 2001, p. 64). O substrato dessa revelação na seara pública seria o escândalo político.

Uma das características da comunicação midiática é a possibilidade de divulgar e de circular informações referentes a um determinado escândalo numa esfera que transcende o tempo e o espaço da sua ocorrência. O escândalo pode se espalhar rapidamente e de maneira incontrolável, sendo difícil reverter o processo, tanto que uma das consequências imediatas do escândalo político é o prejuízo que traz à reputação dos indivíduos envolvidos, portanto esse é um risco que sempre está presente quando um escândalo irrompe (CHAIA, 2001, p. 64).

No que tange às pretensões desta pesquisa, portanto, a relação entre mídia especializada e escândalo político é um sensível aspecto para ser explorado. Speck (2000) expressa no artigo “Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas” que o formato em que a mídia constrói o evento político investigativo jurídico tem estreita ligação com a percepção da gerência do estado pela sociedade, sobretudo se os agentes públicos noticiados estiverem ocupando posições de governo. Assim, imprime tal perspectiva analítica à OLJ, com objetivo de investigar os padrões com que esse evento foi apresentado pela mídia especializada.

2. Materiais e métodos

O presente artigo utiliza para sua confecção dois modelos metodológicos e seus respectivos acervos de materiais e arcabouços teóricos correspondentes. Destarte, para a determinação do espaço social estudado utilizou-se como estratégia de pesquisa a base teórica proposta majoritariamente por Monique Saint Martin (1995), para a qualificação e categorização dos agentes, e de Adriano Codato, para a seleção objetiva desses agentes.

Ambos autores apresentam e dialogam com a noção de elite. Tal preceito teórico é elementar para fazer a clivagem na amostra desta pesquisa, em razão da magnitude do objeto, haja vista que durante todo esse período diversos agentes estiveram relacionados com a divulgação da mídia especializada na OLJ. Monique Saint Martin (1995) define elites como esse grupo de agentes que consegue ter maior fluxo de capitais, seja de ordem econômica, social ou cultural. Nesse sentido, elite, para a autora, seria esse contingente de agentes que mobiliza com maior notoriedade os recursos de poder possuído, aqui ponderando-se que tal mobilidade serve também de destaque para que esses agentes fossem selecionados.

Assim, esses agentes, embora a amostra pequena, a saber, oito selecionados, representam aqueles que tiveram maior importância para a constituição da narrativa midiática denominada OLJ. Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, representantes da faceta de mercado, foram os responsáveis por estabelecer o que eram os esquemas denunciados. Sergio Moro e Deltan Dallagnol foram os denunciadores. Luiz Inácio Lula da Silva e Roberto Palocci foram aqueles que assentaram a classe política nesse sistema. “Todos os cidadãos, em princípio, são iguais perante a lei, mas nem todos possuem visibilidade, porque não ocupam posições públicas importantes numa determinada sociedade” (CHAIA, 2001, p. 65).

Quanto ao núcleo mais específico desta pesquisa, isto é, aqueles que têm sua atividade objetiva analisada pelo prisma prático, foram selecionados em razão da visibilidade e representatividade que assumiram na apuração da OLJ. Ambos foram do seleto grupo de jornalistas premiados pela cobertura desse fenômeno político; no mais, ainda são representantes dos jornais de maior circulação do Brasil, Ricardo Brandt, pelo *Estado de S. Paulo – Estadão*, e Flávio Ferreira, pela *Folha de S. Paulo*.

Destacam-se as palavras de um desses jornalistas especializados, Germano Oliveira, da *Isto é*, também premiado juntos aos selecionados na data da prisão do então ex-presidente Lula, as quais sintetizam bem o sentido de importância que esse grupo de agentes assumiu: “Os cinco jornalistas que

fizeram a diferença na cobertura da Lava Jato, que acaba levando Lula para trás das grades. Da esquerda para a direita, Vladimir Neto, da Tv Globo, Ricardo Brandt, do *Estadão*, André Guilherme, do *Valor*, esse que vos fala, Germano Oliveira, da *Isto é*, e Flávio Ferreira, da *Folha de S. Paulo*, essa turma é da pesada e se reuniu hoje na sede do TRF4”.

Veja-se, portanto, que a amostra selecionada obedece a uma lógica expressiva de representatividade. Adriano Codato (2015) lança mão, em *Metodologia para a identificação de elites: três exemplos clássicos*. O método posicional de teor formal, ou seja, associa a posição de elite à colocação em postos de regência dentro da estrutura institucional. O método decisional, que inclui além da chancela formal a capacidade decisória informal, e, por último, o método reputacional, dividido em dois procedimentos. O primeiro consiste em selecionar os agentes em posições hierarquicamente dirigentes através do recorte formal, posteriormente aplicar essa lista a especialistas, que fornecem um filtro àqueles que majoritariamente se destacam, segundo seu ponto de vista. Nesta pesquisa foram combinados os métodos posicional e decisional.

Isto posto, selecionada essa amostra exploraram-se, através do método de Análise de Correspondência Múltipla (ACM), as propriedades sociais dos agentes. Jean Paul Benzécri (1992), estatístico francês, elaborou tal instrumento metodológico que permite dispor os dados qualitativos dos agentes selecionados em razões quantitativas de maneira estrutural, multidimensional e relacional.

O levantamento desses dados qualitativos foi realizado em face de investigação biográfica pelos canais disponíveis, como internet, entrevistas, livros e demais modos documentais que possibilitaram desmembrar variáveis constitutivas divididas em categorias.

Tal posicionamento desses agentes está descrito através das categorias contidas nas seguintes variáveis: *Sexo*, masculino e feminino; *Religião*, católica, protestante, islâmica e sem religião determinada; *Estado Civil*, solteiro, casado, viúvo e divorciado; *Profissão*, nessa categoria foi necessário um processo de recodificação para dar tangibilidade aos dados. O

caminho escolhido foi recodificar pela via da métrica qualitativa entre profissões liberais e de carreira, as primeiras aquelas que não exigem aprovação em prova de competência para seu exercício, a outra necessitando de concurso ou prova de competência específica para seu exercício. A categoria *Rede e Estrutura Familiar* foi dividida nas variáveis: relação direta, indireta e não possui relação. A relação direta é caracterizada quando o agente e seus descendentes familiares possuem a mesma ocupação profissional. Na relação indireta, quando possuem a mesma forma qualitativa de ocupação profissional, isto é, liberal ou de carreira, porém de profissões distintas e, por fim, a modalidade “não possui relação” caracteriza aqueles cuja relação não guarda nenhum rastro. Já a categoria *Região de Origem* foi dividida nas modalidades geográficas Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A categoria *Escolaridade* foi dividida através das variáveis tradicionais: ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e pós-graduação. A última categoria, *Títulos de Consagração*, foi recodificada em modalidades relacionadas com a quantidade de títulos conquistados. Dessa forma dividiu-se a categoria em quatro frequências de variáveis, aqueles que não possuem prêmios, os de baixa frequência, que possuem de 1 a 3 títulos; média frequência, de 3 a 6; e, por último, os de alta frequência, que têm mais de 6 títulos.

Instrumentalizadas essas categorias, em sede de cálculos estáticos¹ de aproximação e distanciamento, através do *software* de processamento de dados (R), os agentes selecionados e suas estruturas correspondentes foram postulados em um plano cartesiano bidimensional. Constituem, portanto, propriedades sociais pertinentes em razão de sua contribuição posicional no plano cartesiano. A implicação de determinada variável no plano cartesiano é proposta por equações matemáticas. Contribuição essa adquirida em face de sua massa – presença da mesma variável em distintos agentes –, como também de sua distância do ponto central, ou seja, do peso categórico e do distanciamento *em face de*.

O intuito de tal proposição metodológica é constituir um modelo topográfico a partir da relação desses agentes e suas estruturas, para com isso explorar a tradução do *habitus de classe* dos mesmos. O *habitus*, termo emprestado do latim, significa na ótica de Pierre Bourdieu (1989) toda a expressão do indivíduo enquanto agente social, essa assumida por processos de incorporação, em razão das condições de existência e experiência a que está submetido nos seus processos de percepção e posicionamento no mundo.

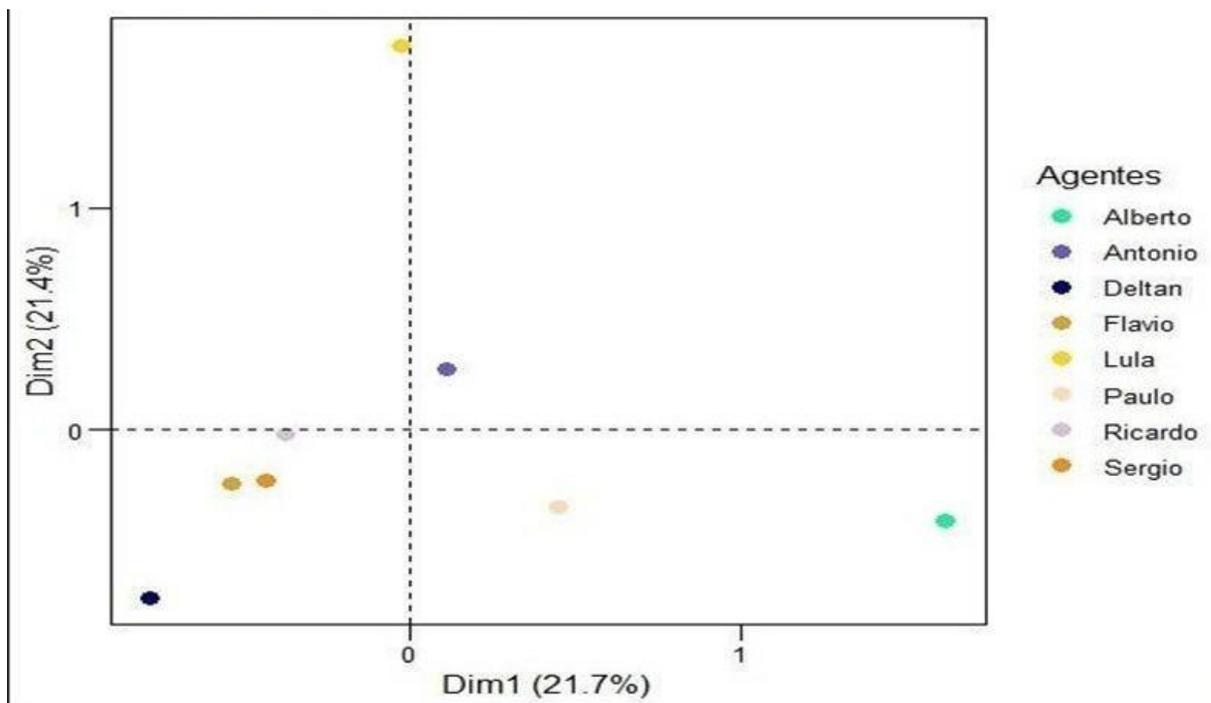
As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência (aquilo que chamamos estilo de vida) porque são o produto do mesmo operador prático, o *habitus*, sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto: a correspondência que se observa entre o espaço das posições sociais e o espaço dos estilos de vida resulta do fato de que condições semelhantes produzem *habitus* substituíveis que engendram, por sua vez, segundo sua lógica específica, práticas infinitamente diversas e imprevisíveis em seu detalhe singular, mas sempre encerradas nos limites inerentes às condições objetivas das quais elas são o produto e às quais elas estão objetivamente adaptadas (BOURDIEU, 1983, p. 1).

Portanto, pensar os agentes em face dos seus *habitus* é de algum modo estabelecer uma correlação substancial com as suas estruturas sociais, que incorporaram a eles disposições práticas de correlação com o mundo social, ou seja, o *habitus* é a simbiose entre a subjetividade e a objetividade, dos agentes e das estruturas sociais.

Tal proposta de modelo propõe-se a investigar se existe uma correspondência entre as trajetórias de classe e o posicionamento dos agentes no plano cartesiano, lembrando que tal modelo utilizado no trabalho pode incluir novos agentes e estruturas e aprofundar ainda o exame quanto à correspondência do *habitus* e do posicionamento de classe, reverberando maior representatividade ao caso concreto.

Contudo, a amostragem coletada já permite inferir certos apontamentos significativos.

(Imagem.1.Nuvem topográfica dos Agentes)



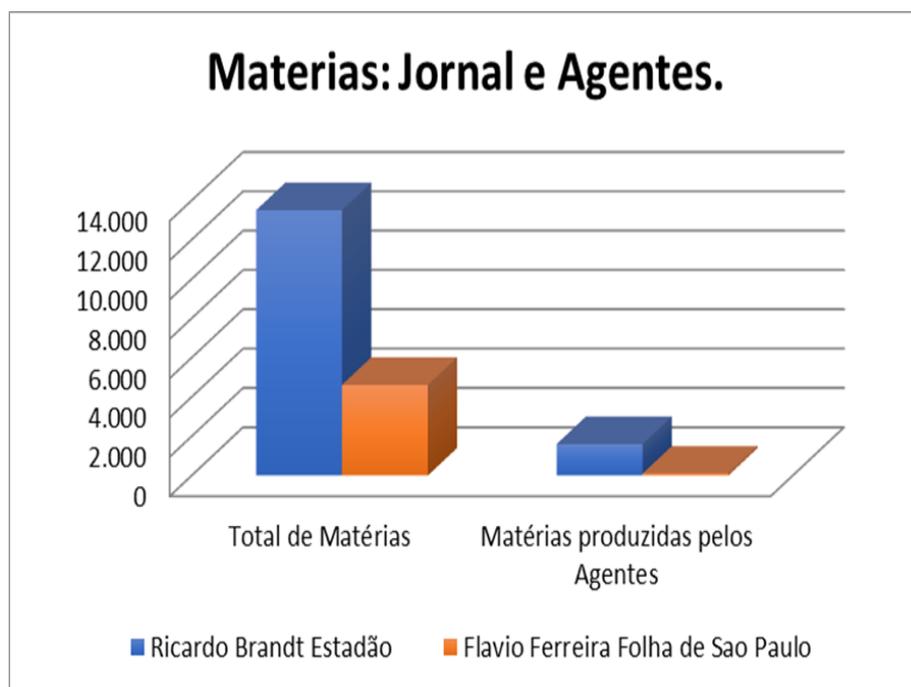
Isto posto, através do posicionamento desses agentes no modelo assumido pode-se postular quatro inferências: a) a extremidade dos agentes acusados e do agente acusador; b) a proximidade dos agentes da elite midiática e jurídica; c) a disparidade de Luiz Inácio Lula da Silva dos demais; d) a coerção posicional dos agentes e suas estruturas sociais.

Dessa forma, o modelo topográfico é um recurso inaugural que dispõe a possibilidade de aproximar agentes e estruturas sociais correspondentes, assumindo que tal correspondência pode ser encarada como uma filiação necessária, que permite avançar em uma análise estrutural mais específica de apenas uma dessas estruturas, a saber, da mídia especializada.

O segundo movimento dessa pesquisa, o qual testa a pergunta levantada, é a avaliação da produção jornalística do fenômeno no período selecionado. Para tanto, coletaram-se, como amostras, as manchetes e títulos auxiliares produzidos por Ricardo Brandt, *Estadão*, e Flávio Ferreira, *Folha de S. Paulo*, nesse período.

O período analisado teve como amostragem 13.500 (treze mil e quinhentas) matérias produzidas pelo jornal *Estadão* e 4.609 (quatro mil, seiscentos e nove) matérias produzidas pela *Folha de S. Paulo*. Em procedimento pré-analítico, selecionaram-se apenas as matérias produzidas pelos agentes objetos da pesquisa, sendo 1.600 (mil e seiscentos) produzidas por Ricardo Brandt do *Estadão* e 95 (noventa e cinco) por Flávio Ferreira da *Folha de S. Paulo*. O levantamento da amostra foi possível em razão do Museu da Lava Jato, consórcio de informações criado por diversos jornais: *Folha de S. Paulo*, *Estadão*, *O Globo*, *El País*, dentre outros, para documentar a história da OLJ, de modo que cada jornal disponibilizou a totalidade de suas matérias produzidas nas 79 fases da operação. Foi esse banco de dados que possibilitou o acervo de informações exploradas.

(Imagem.2. Universo de Amostragem midiática)



Diante desses dados, utilizou-se o método de análise de conteúdo para sistematizar os dados na investigação proposta. A análise de conteúdo subverte a lógica desinteressada da linguagem, ao passo que procura entender os caminhos eletivos da comunicação interessada. “A análise de

conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p. 31). Para tanto é profícua uma descrição analítica sistemática da linguagem e do conteúdo empregado – “A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 34).

No mais, a análise de conteúdo nessa sistematicidade configura-se através de ações normativas que dispõem uma determinada forma de tratamento com o objeto analisado. A rigor, o método tem uma cronologia a ser obedecida em torno de três pólos cronológicos: “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 1977, p. 95).

Exploraram-se a frequência do termo corrupção nas manchetes e textos auxiliares bem como o posicionamento do termo, se relacionado com estruturas e agentes ou como sujeito da sentença, tal procedimento se deu através do programa de análise linguística MAXQDA+. O MAXQDA+ é um *software* de manipulação de dados qualitativos, o qual possibilita a mensuração de dimensões hermenêuticas que auxiliam na presunção de codificar frequências, tendências, categorizações, incidências de valência, dentre outras finalidades.

Pondera-se que para esse tratamento não foi necessário um segundo codificador externo, imbuído da produção de valência dos dados, haja vista que os dados assumidos são categóricos e a pesquisa, exploratória. Portanto, por serem dados dessa natureza e não interpretativos, somente a exposição do relatório foi o bastante.

Assim, esse foi o contingente metodológico de técnicas e instrumentos utilizados neste trabalho, acrescido de todos os materiais de amostragem necessários à produção da investigação proposta.

3. Exame da produção linguística da mídia especializada

Avançando na análise, toma-se como premissa a crise na oficialidade (BOURDIEU, 2007) como objeto que a denúncia de corrupção proporciona no espaço social, fomentando de algum modo uma lacuna objetiva de disputa entre agentes distintos. Torna-se plausível mensurar de alguma maneira como esse artifício conotativo linguístico de nome corrupção era disposto na produção da mídia especializada que traduziu o escândalo político da OLJ.

Primeiramente propõe-se situar o lugar em que a corrupção era apresentada nas matérias, ou seja, se no título ou no texto auxiliar, que é a sinopse do fato que se evidencia – tal imperativo impõe a forma como o fenômeno era traduzido pela mídia especializada. A noção de tradução aqui impressa apresenta-se em consonância com o trabalho de Michel Callon, “Some elements of a sociology of translation” (1986). O autor descreve como os conceitos, dentro das ciências sociais, são manifestados de formas diferentes, divergência essa assumida em face dos seus tradutores, isto é, em sentido oposto ao das ciências naturais, os conceitos dentro da epistemologia social estão associados aos recursos de manipulação mobilizados por aqueles que têm o papel de traduzir o fenômeno.

Para tal mensuração, o autor sistematiza o processo de tradução em quatro etapas. A primeira seria a etapa denominada *problematization* (problematização), que é o momento em que um fenômeno se destaca como passível de ser vinculado a uma construção narrativa. O segundo elemento sistêmico de tradução seria o *interessement* (interessamento): nessa etapa, os agentes constroem suas versões relacionadas ao objeto, trazendo consigo as impressões enquanto agentes com trajetórias sociais distintas. É nessa fase que se produzem as narrativas de maneira plural, com escolhas de recursos linguísticos e posicionamentos sintáticos diferentes, de modo a constituir uma determinada forma de realidade objetivada, essa por suas impressões subjetivas, e aqui a noção de habitus pode ser relacionada enquanto forma de incorporação de processos de ação, através de uma herança de condições de

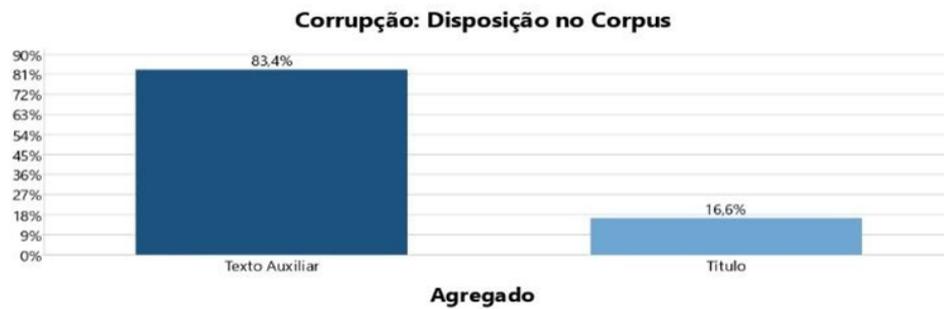
experiência e existência. “Nessa fase observa-se que os agentes da mídia começam a eleger seus personagens, evidenciar alguns eventos e privilegiar alguns dados e evidências em detrimento de outros” (SEEFELD, RESE, 2020, p. 128).

A terceira etapa na elaboração da tradução dos fatos sociais através da midiatização se chama *enrolment* (inscrição). Nessa fase se associa o fenômeno a associações históricas e, dessa forma, ele é categorizado com um determinado inventário de sentidos. A segunda e terceira etapas estão estreitamente correlacionadas, ao passo que o interesse por um determinado prisma condiciona a uma inscrição histórica, o que corresponde a uma característica de tradução, ou seja, o sentido voluntário de escolha dos recursos linguísticos do agente muitas vezes corresponde a uma forma estruturada de produzir a história.

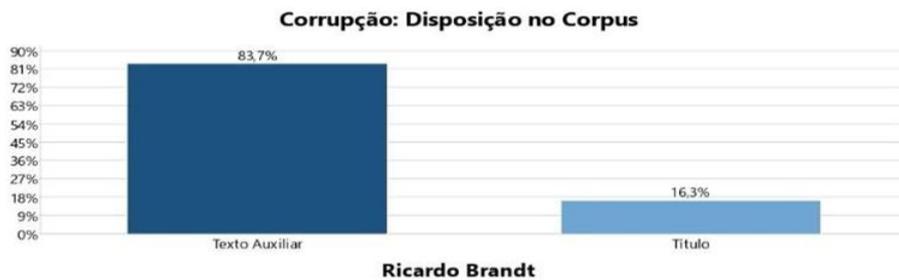
A última etapa é a fase de *mobilisation* (mobilização). Nela, os tradutores afirmam a sua versão hegemônica da informação, isto é, a “verdade” da narrativa, negociando espaços para produção, reprodução e difusão do seu modo de linguagem. Ou seja, é uma busca pela versão legítima, que, ao atingir esse status, assume de alguma maneira a razão dóxica do assunto. “Tal agente busca nesse processo de tradução adquirir legitimidade e atuar como um agente de controle social, uma vez que essa coletividade no processo de construção social da realidade midiatizada concedeu [lhe] o poder da voz para atuar” (SEEFELD, RESE, 2020. p. 129).

Trazendo esse percurso metodológico disponibilizado por Callon (1986), em razão dos agentes da mídia especializada que produziram as informações acerca da OLJ, primeiro investigou-se como o termo corrupção foi mobilizado dentro das matérias jornalísticas, isto é, se o mesmo estava situado nos títulos, o que reserva maior interessamento, ou, nos textos auxiliares, que sublinham outra importância ao artifício linguístico. Tal investigação apresentou os seguintes resultados:

(Imagem.3. Disposição da Seleção Textual do termo corrupção)



(Imagem.4. Disposição Textual- Ricardo Brandt)



(Imagem.5. Disposição Textual- Flavio Ferreira)

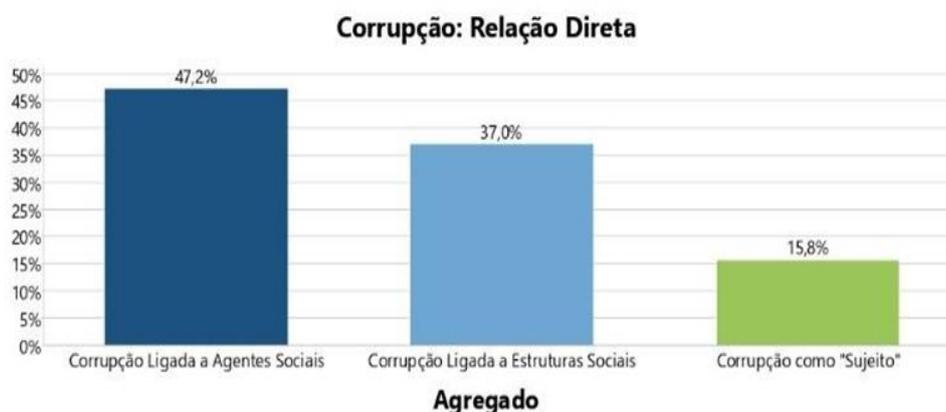


Note-se que a produção dos agentes da amostra é severamente correspondente, que os traços constitutivos apontam para uma determinada tomada de posição, quanto da mobilização informacional (CALLON, 1986), isto é, o termo linguístico corrupção poucas vezes, quando comparado, ocupou

o lugar de centralidade no interessamento da mídia especializada, sendo disposto majoritariamente nessa posição em textos auxiliares.

A segunda proposta procurou descrever como era a relação textual da corrupção, o modo como ela foi associada na tradução da OLJ, para tanto dividiu-se esse posicionamento em três categorias. A primeira relacionada aos agentes sociais, esses que são a amostragem do modelo elaborado. A segunda relacionada às estruturas sociais desses agentes, que são os partidos políticos, o sistema Judiciário, as empresas e estatais. E a terceira quando a própria corrupção assume o papel de sujeito, que é quando se tem a centralidade no enunciado ou no texto auxiliar, atuando como agente da ação. Em face disso obtiveram-se os seguintes resultados:

(Imagem.6. Correlação agregada do termo corrupção: Estrutura/Agente)



O primeiro apontamento, quando analisado no plano agregado, é que a associação da corrupção tem sua maior incidência relacionada aos agentes sociais, inferência que permitiria a assunção de uma mobilização (CALLON, 1986) correspondente. No entanto, quando se explora em relação aos agentes separadamente, observa-se constatação diversa. Isso se deve ao fato de que, em plano agregado, a magnitude da produção narrativa de Ricardo Brandt

tem peso para atribuição final, divergência que quando exposta de maneira particularizada assume outros dados.

(Imagem. 7. Correlação agregada do termo corrupção: Estrutura/Agente- Ricardo Brandt)



(Imagem.8. Correlação agregada do termo corrupção: Estrutura/Agente- Flavio Ferreira)



Portanto, existe uma diferença significativa entre a produção dos agentes da mídia especializada analisados: enquanto Ricardo Brandt privilegia a corrupção atrelada aos agentes sociais, Flávio Ferreira privilegia maior incidência nas estruturas sociais e, por último, aos agentes. Tais indícios condicionam em certo sentido uma diferença expressiva quanto ao

interessamento (CALLON, 1986). Dessa forma é impreciso apontar que exista um determinado padrão no habitus comunicativo dos agentes da nossa amostragem, de vez que a ênfase de ambos é divergente.

Ou seja, embora o posicionamento do artefato corrupção na estrutura textual reserve correspondência, quando analisada sua aplicação face aos objetos que formam o escândalo político ele apresenta traços distintivos, portanto a tradução midiaticizada (SEEFELD, RESE, 2020) da Operação Lava Jato quando analisada sob o prisma da corrupção é relativamente correspondente entre os agentes da amostragem, como mostrou a trajetória analítica do conteúdo por eles produzido.

Considerações finais

Evidenciada tal trajetória de pesquisa, buscou-se em certo sentido trazer uma nova chave de análise para a OLJ que incluísse em certos aspectos as dimensões constitutivas e práticas dos agentes relacionados com esse evento. Para tanto, ancorou-se a análise na noção de corrupção como ponto de partida, o que permitiu o entendimento desses fatos sociais que se cristalizam na crise da crença do Estado (BOURDIEU, 2014).

Para tanto buscou-se propor duas matrizes analíticas, destarte um modelo de posicionamento ancorado em fórmulas multicausais sustentado pelas propriedades sociais dos agentes, formadas por variáveis como: religião, estado civil, profissão, rede e estrutura familiar, região de origem, escolaridade, títulos de consagração.

Ato contínuo, voltou-se a atenção à especificidade de uma fração de classe dessa estrutura, a saber, a mídia especializada, através da produção prática desses agentes, buscando mostrar as tomadas de posição em relação ao artefato linguístico da corrupção, para explorar possíveis inferências que sensibilizaram um padrão linguístico entre as produções jornalísticas da mídia especializada.

Revelou-se com esses dados uma significativa diferença entre os agentes da amostra: enquanto Ricardo Brandt, do *Estado*, privilegia os agentes sociais em detrimento das demais formas, Flavio Ferreira, da *Folha de S. Paulo*, se alinha mais à corrupção nas estruturas sociais, indícios que permitem a inferência que não existe, portanto elementos significativos para afirmar um certo orquestramento de habitus linguístico encontrado na mobilização linguística desses agentes. Dessa forma, os padrões e traços constitutivos de linguagem na tradução da OLJ são, por essa análise, inferidos como parcialmente arranjados.

* **Haron Barberio Francelin** possui Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2015). Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Central Paulista (2022). Mestrado pela Universidade Federal de São Carlos no Programa de Pós-graduação em Ciência Política-PPGPOL (2023). Atualmente, faz parte do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na qualidade de doutorando. Tem como linha de pesquisa o Supremo Tribunal Federal (STF) através da metodologia prosopográfica e das dinâmicas de recrutamento, no recorte pós-democratização.

Contato: haron540@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2271-7734>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0051578824095280>

Artigo recebido em: 18/05/2023

Aprovado em: 15/05/2024

Como citar este texto: FRANCELIN, Haron Barberio. O contencioso simbólico da Operação Lava Jato: Os produtores do sentido da corrupção. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 305-330, 2024.

Referências bibliográficas

ACKERMAN, R. S. **Corruption: a study in political economy**. New York: Academic Press, 1978.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENZECRI, J.-P. **Correspondence analysis handbook**. New York: Dekker, 1992.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CHAIA, VERA e TEIXEIRA, MARCO ANTONIO. Democracia e escândalos políticos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, 2001.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay. **The Sociological Review**, v. 32, n. 1, p. 196-233, 1986.

CODATO, A. **Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

DE SAINT MARTIN, M. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. **Revista TOMO**, n. 13, p. 43-74, 1995.

DEZALAY, Y. & GARTH, B. A construção jurídica de uma política de notáveis: o jogo duplo da elite do judiciário indiano no mercado da virtude cívica. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 12, n. 23, p. 37-60, 2015.

FILGUEIRAS, F. A corrupção na política: perspectivas teóricas e metodológicas. **Cadernos Cedes**, 5, 1-29.2006.

_____. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública** (Unicamp, impresso), v. 15, p. 386-421, 2009.

FILGUEIRAS, F. e AVRITZER, Leonardo. Corrupção e controles democráticos no Brasil. **Revista Dados**, v. 1, n. 1, Ipea (Coleção Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, vol. I), 2011.

GRUN, R. **Da pizza ao impeachment**. São Paulo: Editora Alameda, 2016.

SEEFELD, R.; RESE, N. Para bom entendedor, meia palavra basta?!: um estudo sobre as narrativas produzidas por agentes de mídia na tradução do papel dos envolvidos na Operação Lava Jato. **Cad. Ebape.br**, v. 18, n. 1, p. 124-141, Rio de Janeiro, 2020.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, n. 44, 1998.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Judiciário e política no Brasil contemporâneo: um retrato do Supremo Tribunal Federal a partir da cobertura do jornal Folha de S. Paulo. **Dados**, v. 60, n. 4, p. 937-975, 2017.

Anexos

$$CtrK_1 = \frac{\left[\frac{nK}{n \text{ total}} \right] \cdot (dKG_1)^2}{\lambda_1}$$

A modalidade nK dividida pelo número total de respondentes (n total), dividido pelo número de questões ativas (Q), multiplicada pelo quadrado da distância da modalidade K até o centro G no eixo 1 (dKG₁) – olhar a coordenada do ponto no eixo 1 – e dividida pelo valor próprio do eixo 1 (λ₁).

$$dAB^2 = \frac{1}{\frac{nX}{n \text{ total}}} + \frac{1}{\frac{nY}{n \text{ total}}}$$

A fórmula que determina a distância entre os agentes no espaço é a seguinte: a distância entre os agentes A e B (dAB) ao quadrado (devido à resposta fornecida por cada um deles para uma determinada questão) é igual a 1 dividido pelo número de pessoas que indicaram a modalidade X – escolhida por A para aquela questão – (nX), dividida pelo total dos respondentes (n total), mais 1 dividido pelo número de pessoas que indicaram a modalidade y – escolhida por B para aquela questão – (nY), dividida pelo total dos respondentes (n total).

Notas

¹ As fórmulas dos cálculos de aproximação e distanciamento utilizados nesta pesquisa encontram-se no anexo do presente trabalho.